

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Confrapar administração e Gestão de Recursos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiram relatório em 16 de junho de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2022



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	207.011	639.262
Contas a receber de clientes	-	-	16.325
Impostos e contribuições a recuperar	5	29.600	100.811
Despesas antecipadas	-	16.522	-
Partes relacionadas	6	949	868
Outros ativos	-	16.946	16.947
Total do ativo circulante		<u>271.028</u>	<u>774.213</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	6	1.570.412	1.165.470
Títulos e valores mobiliários	-	6.950	5.860
Total do ativo não circulante		<u>1.577.362</u>	<u>1.171.330</u>
Total do ativo		<u>1.848.390</u>	<u>1.945.543</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Empréstimos	7	189.656	83.333
Partes relacionadas	6	1.047	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.960	3.765
Obrigações fiscais e tributárias	8	159.434	663.145
Lucros a disposição da assembleia	9 e)	-	605.879
Total do passivo circulante		<u>354.097</u>	<u>1.356.122</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos	7	342.179	-
Obrigações fiscais e tributárias	8	<u>394.734</u>	<u>423.125</u>
Total do passivo não circulante		<u>736.913</u>	<u>423.125</u>
Patrimônio líquido			
	9		
Capital social	9 a)	139.565	139.565
Reserva de ágio	9 b)	110	110
Reserva legal	9 c)	27.913	27.913
Reserva de lucros	9 e)	591.004	-
Ações em tesouraria	9 d)	<u>(1.212)</u>	<u>(1.292)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>757.380</u>	<u>166.296</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.848.390</u>	<u>1.945.543</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	10	2.274.753	3.135.562
(-) Custos dos serviços prestados	11	<u>(47.520)</u>	<u>(45.101)</u>
Lucro bruto		<u>2.227.233</u>	<u>3.090.461</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(17.093)	(30.526)
Despesas tributárias	-	(27.711)	(2.570)
Outras receitas operacionais	-	<u>48.152</u>	<u>264</u>
Total das receitas (despesas) operacionais		<u>3.348</u>	<u>(32.832)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>2.230.581</u>	<u>3.057.629</u>
Resultado financeiro líquido	13	(125.354)	(329.283)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.105.227</u>	<u>2.728.346</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(251.187)	(350.272)
Lucro líquido do exercício		<u>1.854.040</u>	<u>2.378.074</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.854.040	2.378.074
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>1.854.040</u>	<u>2.378.074</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de ágio</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	139.565	(2.357)	27.913	110	(1.324)	2.978	166.885
Integralização de capital	-	-	2.357	-	-	-	-	2.357
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.378.074	2.378.074
Ações em tesouraria	9 d)	-	-	-	-	32	-	32
Lucros a disposição da assembleia	9 e)	-	-	-	-	-	(605.879)	(605.879)
Distribuição de dividendos	9 e)	-	-	-	-	-	(1.775.173)	(1.775.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		----- 139.565	----- -	----- 27.913	----- 110	----- (1.292)	----- -	----- 166.296
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.854.040	1.854.040
Ações em tesouraria	9 d)	-	-	-	-	80	-	80
Distribuição de dividendos	9 e)	-	-	-	-	-	(1.868.915)	(1.868.915)
Lucros a disposição da assembleia	9 e)	-	-	-	-	-	605.879	605.879
Saldos em 31 de dezembro de 2021		----- <u>139.565</u>	----- <u>-</u>	----- <u>27.913</u>	----- <u>110</u>	----- <u>(1.212)</u>	----- <u>591.004</u>	----- <u>757.380</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.854.040	2.378.074
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Despesas antecipadas	(16.522)	212.811
Juros de empréstimos	85.015	-
Mudanças nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	16.325	(3.616)
Impostos e contribuições a recuperar	71.211	(30.123)
Outros ativos	1	(14.947)
Fornecedores	-	(597)
Obrigações sociais e trabalhistas	195	1.367
Obrigações fiscais e tributárias	(532.102)	281.302
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.478.163	2.824.271
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de cotas de títulos e valores mobiliários	(1.090)	(624)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.090)	(624)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	1.142.146	-
Empréstimos pagos	(778.659)	(62.500)
Partes relacionadas, líquido	(403.976)	(374.553)
Integralização de capital	-	2.357
Ações em tesouraria	80	32
Distribuição de dividendos	(1.868.915)	(1.775.173)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.909.324)	(2.209.837)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(432.251)</u>	<u>613.810</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	639.262	25.452
No final do exercício	207.011	639.262
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(432.251)</u>	<u>613.810</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (“SPE Confrapar” ou “Companhia”), anteriormente denominada SPE Horizonti Gestão de Recursos S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 6 de agosto de 2007, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores.

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. passou a adotar esta denominação através de deliberação via assembleia realizada em 07 de novembro de 2016, com registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia exerceu, em 2021, as atividades de gestão e administração do Horizonti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação (“Fundo Horizonti”) e a atividade de administração dos fundos: Aerotec Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Aerotec), do Confrapar GP Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP I”), Confrapar GP II Fund Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP II”), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K I”), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K II”) e Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K III”).

A Companhia tem sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 1098, conjunto 95, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04542-001.

1.1. Fundo Horizonti

O Fundo Horizonti era um Fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas inovadoras e onde possa ter participação no processo decisório com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e nas gestões das empresas investidas.

O Fundo Horizonti foi encerrado em 04 de novembro de 2021 e liquidado em 16 de março de 2022.

1.2. Fundo Aerotec

O Fundo Aerotec é um Fundo tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de Companhias-Alvo, com sede social localizada no Estado de Minas Gerais ou com atuação no Estado de Minas Gerais, na hipótese prevista no Artigo 11, §5º do Regulamento do Fundo, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial.

O Fundo Aerotec deixou de ser administrado pela SPE Confrapar a partir de 1º de dezembro de 2021.

1.3. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.4. FIP GP II

O FIP GP II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.5. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.6. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.7. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) **Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), com base nas disposições da legislação societária (Leis nºs 11.638/07 e 6.404/76) e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) **Emissão das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 15 de julho de 2022.

d) **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) **Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

b) **Contas a receber de clientes**

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando contratadas, e ajustados a valor presente, quando necessário, conforme legislação aplicável.

c) **Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

d) Tributação sobre a renda

A Companhia é optante pelo lucro presumido como regime de tributação. A Companhia é tributada com base no lucro presumido em cada período trimestral de apuração, sendo 32% da receita para imposto de renda e para contribuição social. Sobre as bases são aplicadas as alíquotas vigentes, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60.000 por trimestre e 9% para a contribuição social, calculada sobre a mesma base.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldo de contas a receber de clientes, receita de venda e credores diversos, e considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e a liquidação por parte do cliente, e dos valores a pagar às Companhias, os valores foram considerados imateriais, não gerando ajustes.

g) Reconhecimento da receita

As receitas auferidas no exercício são reconhecidas por regime de competência, estando a atual prática em consonância com o que determina a NBC TG 1000 (R1), seção 23.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para edição do documento.

As mesmas precisam ser aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	151.895	426.484
Aplicações financeiras (*)	55.116	212.778
Total	207.011	639.262

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

5. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamentos cancelados a compensar	19.857	55.849
IRRF a recuperar	6.572	41.792
INSS a recuperar	2.945	2.945
PIS e Cofins a recuperar	121	121
CSLL a recuperar	105	104
Total	29.600	100.811

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

6. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:		
Confrapar S.A. (a)	1.570.412	1.165.470
Rodrigo de Oliveira Esteves (b)	277	264
Carlos Moreno (b)	220	195
Thiago Mendes Domenici de Moraes (b)	133	118
Carlos Eduardo Guillaume (b)	132	118
Rodrigo Bem Toledo (b)	134	105
Alex Alves Silva (b)	13	35
Luisa Pinto Coelho (b)	40	33
Total	1.571.361	1.166.338
Circulante	949	868
Não circulante	1.570.412	1.165.470

- (a) O saldo a receber com a Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas (empresas coligadas para fins da legislação vigente), celebrados em 02 de janeiro de 2015, 04 de janeiro de 2016, 02 de janeiro de 2017, 02 de janeiro de 2018, 02 de janeiro de 2019, 02 de janeiro de 2020 e 04 de janeiro de 2021.
- (b) Os saldos a receber com os acionistas decorrem da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda integralizaram os valores devidos em 2021.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Passivo:		
SPE Nascenti S.A. (c)	1.047	-
Total	1.047	-

- (c) O saldo a pagar para a SPE Nascenti S.A. decorre de pagamento pela SPE Nascenti S.A. via banco de Darf de parcelamento da SPE Confrapar.

A movimentação de operações com partes relacionadas a receber em cada exercício foi a seguinte:

	Confrapar S.A.	Outros	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2019	791.785	-	791.785
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(625.038)	-	(625.038)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	998.723	-	998.723
Alienação de ações mantidas em tesouraria	-	879	879
Pagamentos recebidos pela alienação das ações	-	(11)	(11)
Saldo de 31 de dezembro de 2020	1.165.470	868	1.166.338
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(724.568)	(35)	(724.603)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.129.510	116	1.129.626
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.570.412	949	1.571.361

7. Empréstimos

Em 10/09/2018, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 250.000 para ser quitado em 36 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Este empréstimo foi totalmente quitado em novembro/2021.

Em 26/01/2021, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Até 31/12/2021 foram pagas e antecipadas 17 parcelas, restando 28 parcelas a serem quitadas.

Em 30/04/2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31/12/2021 foram pagas 06 parcelas, restando 42 parcelas a serem quitadas.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	189.656	83.333
Não circulante	342.179	-
Total	531.835	83.333

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2019	145.833
Amortização	(62.500)
Saldo de 31 de dezembro de 2020	83.333
Captação	1.142.146
Amortização	(778.659)
Juros	85.015
Saldo de 31 de dezembro de 2021	531.835

8. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos a recolher		
IRPJ e CSLL	2.502	417.215
ISS a recolher	-	64.506
Cofins a recolher	-	14.080
PIS a recolher	-	2.191
Outras obrigações fiscais	-	69
Total dos tributos a recolher	2.502	498.061
Parcelamentos tributários		
ISSQN BH (a)	51.136	52.219
IRPJ (b)	-	573
RF – DA (c)	1.052	86.755
PGFN DA (d)	188.062	240.934
COFINS (e)	-	6.447
IRPJ (f)	75.023	95.911
CSLL (g)	32.062	40.988
PIS RF (h)	-	1.534
Cofins parcelamento (i)	4.385	10.434
IRPJ 2 (j)	30.898	37.396
CSLL 2 (k)	9.256	15.018
PGFN 24.03.2021 (l)	112.845	-
ISSQN SP (m)	14.453	-
ISSQN RJ (n)	32.494	-
Total dos parcelamentos tributários	551.666	588.209
Total dos tributos a recolher e parcelamentos tributários	554.168	1.086.270
Circulante	159.434	663.145
Não circulante	394.734	423.125

- (a) Parcelamento ISSQN BH realizado em 27/02/2014 junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 60 parcelas, das quais foram pagas 37/60 parcelas até que teve prazo perdido e foi automaticamente cancelado. Posteriormente, este parcelamento foi substituído por um novo parcelamento realizado em 01/08/2017, com divisão do saldo devedor em 130 parcelas. Destas, foram pagas 53 parcelas em 2017, 2018, 2019 e 2020, 2021, restando 77 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela taxa Selic;
- (b) Parcelamento IRPJ realizado em 30/04/2018 em 34 parcelas, das quais foram pagas 34 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021, tendo sido quitado em 29/01/2021.
- (c) Parcelamento PGFN DA realizado em 26/09/2018 em 60 parcelas, das quais foram pagas 40 parcelas em 2018, 2019, 2020 e 2021 e antecipadas 19 parcelas em 2021 através de compensação PRDCOMP pedido de restituição ano base 2017, restando 01 parcela a ser liquidada, atualizada pela Selic;
- (d) Parcelamento PGFN DA realizado em 19/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 25 parcelas em 2019, 2020 e 2021, restando 35 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (e) Parcelamento COFINS realizado em 20/12/2019 em 25 parcelas, das quais foram pagas 25 parcelas em 2019, 2020 e 2021, tendo sido quitado em 30/12/2021;
- (f) Parcelamento IRPJ RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 25 parcelas em 2019, 2020 e 2021, restando 35 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

- (g) Parcelamento CSLL RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 25 parcelas em 2019, 2020 e 2021, restando 35 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (h) Parcelamento PIS RF realizado em 28/09/2020 em 07 parcelas, das quais foram pagas 7 parcelas em 2020 e 2021, tendo sido quitado em 31/03/2021;
- (i) Parcelamento COFINS RF realizado em 28/09/2020 em 24 parcelas, das quais foram pagas 16 parcelas em 2020 e 2021, restando 8 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (j) Parcelamento IRPJ RF realizado em 28/09/2020 em 60 parcelas, das quais foram pagas 16 parcelas em 2020 e 2021, restando 44 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (k) Parcelamento CSLL RF realizado em 28/09/2020 em 33 parcelas, das quais foram pagas 16 parcelas em 2020 e 2021, restando 17 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (l) Parcelamento PGFN realizado em 24/03/2021 em 84 parcelas, das quais foram pagas 10 parcelas em 2021, restando 74 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;
- (m) Parcelamento ISS SP realizado em 30/08/2021 em 48 parcelas, das quais foram pagas 4 parcelas em 2021, restando 44 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic; e
- (n) Parcelamento ISS RJ realizado em 20/08/2021 em 80 parcelas, das quais foram pagas 4 parcelas em 2021, restando 76 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$139.565 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), totalmente integralizado. O capital social está representado por 10.750.600 (dez milhões, setecentos e cinquenta mil e seiscentas) ações, representados por 10.534.548 (dez milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias; 66.052 (sessenta e seis mil e cinquenta e duas) ações preferenciais classe A e 150.000 (cento e cinquenta mil) ações preferenciais de classe B.

b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 110 (cento e dez reais).

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Considerando que a Companhia atingiu 20% do valor do Capital social em exercícios anteriores, não houve constituição da reserva em 2021 e 2020.

d) Ações em tesouraria

O saldo das ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.212 (hum mil e duzentos e doze reais) e em 2020 é de R\$ 1.292 (hum mil e duzentos e noventa e dois reais).

e) Dividendos

No ano de 2021, foram distribuídos para os acionistas detentores de ações preferenciais "Classe A" e "Classe B" os lucros de R\$ 1.868.915 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil e novecentos e quinze reais), restando um saldo de lucros a distribuir no valor de R\$ 591.004 (quinhentos e noventa e um mil e quatro reais), como reserva de lucros.

No ano de 2020, foram distribuídos para os acionistas detentores de ações preferenciais "Classe A" e "Classe B" os lucros de R\$ 1.775.173 (um milhão, setecentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e três reais), restando um saldo de lucros a distribuir a disposição da Assembleia no valor de R\$ 605.879 (seiscentos e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais).

10. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de serviços prestados	2.410.972	3.327.811
Impostos sobre serviços:		
ISSQN	(48.219)	(70.784)
Pis	(15.671)	(21.631)
Cofins	(72.329)	(99.834)
Total	2.274.753	3.135.562

A Companhia teve uma redução de receita no exercício de 2021, pois deixou de prestar serviços de administração fiduciária referente ao Fundo Aerotec a partir de 1º de dezembro de 2021.

11. Custos dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	(39.600)	(37.584)
INSS	(7.920)	(7.517)
Total	(47.520)	(45.101)

12. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com cartório	-	(11.945)
Serviços de auditoria	-	(7.964)
Taxa de expediente	(5.103)	(3.808)
Perdas	-	(2.637)
Materiais e suprimentos	-	(1.618)
Software	-	(1.422)
Serviços de consultoria	(7.860)	(750)
Despesas de viagem	-	(171)
Outras despesas	(4.130)	(211)
Total	(17.093)	(30.526)

13. Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.125	665
Variação cambial ativa	17.590	-
Total	23.715	665
Despesas financeiras		
Juros de tributos em atraso	(58.623)	(311.479)
Juros de empréstimos	(85.015)	(16.504)
Tarifas bancárias	(5.431)	(1.872)
Outras despesas financeiras	-	(93)
Total	(149.069)	(329.948)
Resultado financeiro líquido	(125.354)	(329.283)

14. Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	2.410.972	2.410.972	3.327.811	3.327.811
Presunção (32%)	771.511	771.511	1.064.900	1.064.900
Receitas financeiras	23.666	23.666	665	665
Base de cálculo	795.177	795.177	1.065.565	1.065.565
IRPJ (15%)	119.277	-	159.835	-
Adicional IRPJ (10%)	60.344	-	94.536	-
CSLL (9%)	-	71.566	-	95.901
IRPJ e CSLL	179.621	71.566	254.371	95.901

15. Provisão para riscos contingentes

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

16. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia e também nos riscos de variações cambiais para os saldos devidos em moeda estrangeira para seus fornecedores, se houver.

As variações cambiais sobre as obrigações junto a fornecedores são continuamente acompanhadas e reconhecidas pela Administração e não representam elevados riscos, pois os seus prazos de liquidação são reduzidos.

Considerando estas características a Administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

* * *

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Ronaldo Rodrigues Tomaz

CRC: 088339

CPF: 045.034.826-10

Contador